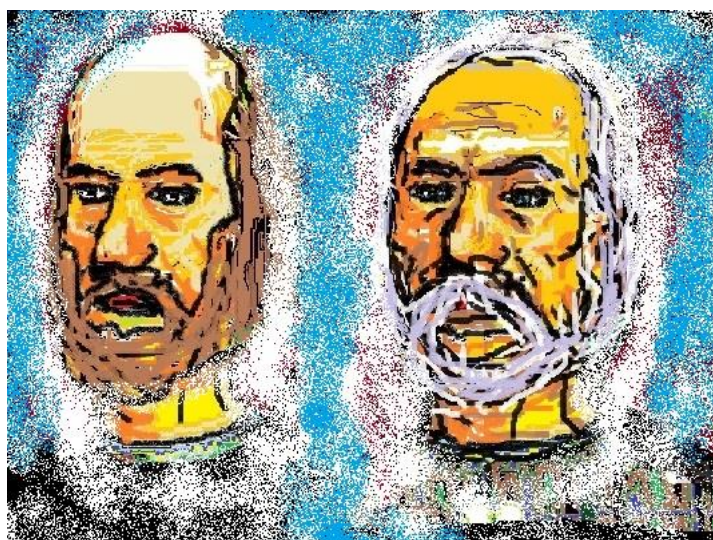


NAVARRO E ESPINOSA **- benfeitores do Brasil**



Luiz Guilherme Marques

“Brasileiros, é necessário pesquisarmos, em profundidade, a nossa verdadeira História, para identificarmos os nossos benfeitores e por que chegamos a ser um país onde a corrupção infecta nosso sangue e a falta de nacionalismo nos caracteriza, a ponto de De Gaulle dizer que não somos um país sério. Essa triste realidade, retratada no momento político atual de confronto entre o juiz federal Sérgio Moro, pelo lado do Bem, e Lula e Dilma, representando o Mal, se deve, em última análise, à cultura do escravagismo, implantada pelos colonizadores portugueses a partir do século XVI, o que gerou a aversão ao trabalho e a procura do ganha pão por meios tortuosos, só não sendo o Brasil um país pior, porque, para contrabalançar a mentalidade tacanha dos colonizadores lusos, apareceram elementos franceses, no século XVI, holandeses, no século XVII, e, nos séculos XIX e XX, respectivamente, alemães e japoneses. O Brasil de hoje não se qualifica como uma nação, mas sim como um aglomerado disforme de nacionalidades diversas, que não chegam a formar uma civilização unida. E os mesmos escravagistas do século XVI, representados atualmente por determinados políticos e partidos, conduzem o povo amarrado ao tronco dos escravos, de tal forma que teremos de consumir ainda muitos séculos para formarmos uma nacionalidade sadia, mescla das quatro raças: branca, vermelha, negra e amarela. O Brasil, desde o começo, foi uma terra onde prevaleceu a escravização humana, primeiro a indígena, depois a negra, e, agora, a dos pobres, submetidos à força, pelos estrangeiros, inicialmente portugueses, até a proclamação da Independência em 1822, e, atualmente, por grandes empresas multinacionais, em todos os setores da economia brasileira. Devemos assumir o compromisso de desvendar a nossa verdadeira História e conscientizar o nosso povo a proclamar a nossa independência, que começa pelo amor ao trabalho e à honestidade.”

(Luiz Guilherme Marques)

INTRODUÇÃO

A presença dos brancos no nosso país, a partir de 1500, deveria significar a miscigenação cultural e genética, para se formar uma nacionalidade nova, sem o elitismo e o xenofobismo europeus, em que se mesclassem o culto à Mãe Natureza dos indígenas e o chamado Cristianismo da Europa, mas os brancos, ao invés de assim entenderem e procederem, quiseram dizimar a Cultura Indígena, bem como os próprios elementos humanos da raça vermelha, ignorando que eles não são apenas aquilo que aparentam exteriormente, nos corpos nus ou vestidos sumariamente, mas sim indivíduos integrados à energia da terra, da água, do ar e do fogo, como o eram os antigos habitantes de regiões hoje dominadas pela Tecnologia fria e desumana dos países do mundo inteiro.

Comparo o trabalho conscientizador de Navarro e Espinosa, além de alguns outros idealistas, com o de Maxêncio, o célebre imperador romano derrotado e morto, que pretendia contribuir para a divulgação do Cristianismo no Império Romano do Ocidente, mas de forma suave e gradativa e não pela imposição ditatorial, como o fez Constantino.

Para melhor entender o que Navarro e Espinosa fizeram, em escala menor, por não detinham poder no Brasil, vejam o que escrevi sobre Maxêncio:

“A VERDADE SOBRE MAXÊNCIO E O CRISTIANISMO

A História oficial consagrou Constantino, o vencedor da guerra contra Maxêncio, como o patrono mais importante do Cristianismo, no que, na verdade, tem razão, apenas que se deve esclarecer que o Cristianismo é uma deturpação daquilo que Jesus trouxe para a humanidade da Terra.

A mensagem de Jesus - que foi objeto de dezenas de registros, dentre os quais os quatro Evangelhos mais conhecidos, de Marcos, de Mateus, de Lucas e de João, que, por sinal, não são os melhores nem representam toda a gama de informações e orientações dadas pelo

Divino Mestre – não autorizava e não autoriza que se instituísse essa verdadeira empresa, de fins lucrativos, que é a Igreja Católica, bem como as outras empresas, de fins lucrativos, que são as demais correntes cristãs.

Deveria ser tudo diferente, segundo posso deduzir, se Maxêncio não tivesse sido derrotado pelo seu cunhado, Constantino, que, acredito, assassinou-o, por interposta pessoa, nas proximidades da ponte Mílvia.

Mas, tenho sido assim ou não a morte de Maxêncio, a verdade é que ele era simpatizante da mensagem de Jesus e ajudava os adeptos dessa mensagem de várias maneiras, que historiadores sérios explicitam e, com seu aval, a mensagem de Jesus teria seguido seu caminho natural, ou seja, seria aceita pelas pessoas que com ela simpatizassem.

Nem todos a aceitariam, certamente, pois cada um tem sua liberdade de escolha.

O fato de Jesus ser o Divino Governador da Terra, segundo creio, e os demais pensadores e religiosos serem meros aprendizes da Verdade diante d’Ele não retira das pessoas o direito de escolherem esses outros ao invés do próprio Mestre.

Ele mesmo nunca deve ter aprovado que alguém, utilizando indevidamente Seu nome, instituísse uma corrente religiosa em qualquer lugar do planeta que fosse.

Constantino aproveitou-se do momento e decretou que todas as pessoas ligadas direta ou indiretamente ao seu Império deveriam submeter-se aos postulados que ele mesmo instituiu através de sacerdotes mercenários, muitos deles provenientes dos templos pagãos.

Veja-se como o herói, na verdade, é o bandido e aquele que é pintado pela História oficial como bandido é o herói morto, como Tiradentes, como o próprio Jesus, como Sócrates, Gandhi, John e Robert Kennedy, Martin Luther King, Joana D’Arc etc. etc.

Aquela mensagem estava sendo divulgada no Império Romano do Oriente, sobretudo, por Ário, que

afirmava que Jesus não é Deus, mas sim um ser humano muito evoluído e Maxêncio tinha, na certa, a tarefa de garantir, no Império Ocidental, que não mais se perseguissem e matassem os seguidores da mensagem de Jesus.

Notem, por favor, prezados leitores, que, em momento algum, justifico a instituição denominada Cristianismo, porque foi um descaminho, uma deturpação, que fez surgir o papado, o qual representou e representa uma afronta ao nome de Jesus, e que Joana, a papisa, tentou consertar, mas foi literalmente estraçalhada e cujo nome tentaram apagar.

Meus prezados leitores, devemos reescrever a História e colocar Maxêncio no lugar de honra que merece e, quanto a Constantino, deixarmos que se lhe faça justiça, como explorador do nome de Jesus em proveito próprio.

Quem pretender conhecer melhor este assunto pode procurar na literatura mundial, sobretudo em língua que não a portuguesa, pois nada se escreveu em português mostrando as verdades que expus acima.

Pesquisem e concluam.”

ESCLARECIMENTO SOBRE O DESENHO DA CAPA

Infelizmente, não ficou para a posteridade nenhuma pintura, desenho ou qualquer outro registro da fisionomia dos nossos dois personagens: Juan de Azpilcueta y Sebastian [1] (conhecido no Brasil como Navarro ou João Azpilcueta, pelos portugueses, e “Ivituruna” pelos índios, pois que era muito alto e usava batina preta nas ocasiões solenes) e Francisco Bruza (ou Bruzza, Bruzo ou Bruzzo) Espinoza [2] (ou Espinosa, Spinoza ou Spinosa).

A preocupação dos historiadores da época foi retratar, inclusive fisionomicamente, sobretudo, Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, existindo inúmeras gravuras e outros meios registrais sobre ambos, não sem razão, porque desempenharam relevante missão na Companhia de Jesus no século XVI considerada essa relevância pelo ângulo dos interesses da referida Companhia e do Governo de Portugal.

Aliás, foram do número dos jesuítas mais graduados no Brasil, credenciados pela sua chefia de Roma, merecendo a confiança total do próprio fundador da Companhia – Inácio de Loyola, enquanto vivo – e do seu sucessor.

O desenho é uma mera idealização das fisionomias dos dois missionários, um que era sacerdote jesuíta sem convicção nenhuma de que compensasse converter os índios ao Catolicismo e o outro, que era judeu sefardita, que se adaptou mais à Cultura Indígena do que aos postulados do Judaísmo: dois amigos de verdade, sendo o jovem um verdadeiro discípulo do mais velho.

A HISTÓRIA DE NAVARRO E DE ESPINOSA

Navarro, apesar de parente próximo do referido Loyola, não se adequava aos parâmetros delineados pelo fundador da Companhia de Jesus e demais superiores hierárquicos, tendo, inclusive, deixado a cadeira de professor da Universidade de Coimbra, onde lecionou por apenas um ano Direito Canônico e escreveu um livro, preferindo vir para o Brasil, uma vez que não tinha vocação para o Magistério e, ao contrário, era dotado de visível espírito aventureiro, atraindo-o a ideia de ficar livre das peias da hipocrisia e viver livremente, em contato com a Natureza e pessoas menos duras de coração.

Opostamente a Manoel da Nóbrega - que veio para o Brasil decepcionado e desgostoso, porque não logrou ingressar no Magistério na referida Universidade, apesar da intercessão do seu ex-professor Martim de Azpilcueta Navarro, tio do nosso Navarro, devendo-se essa não contratação pelo fato de ser gago - o nosso Navarro pediu autorização para vir para esta terra: não se adaptava, como disse, ao padrão rigorista e formalista da Companhia de Jesus nem ao da Universidade.

Queria conhecer o Brasil, do qual já ouvira falar: era espanhol de família ilustre e parente próximo de três figuras destacadas na Espanha do século XVI: seu tio Martim, conceituado jurista, professor e economista, que se encarregou da sua formação na infância e juventude, Inácio de Loyola e Francisco Xavier, o jesuíta que foi cognominado o “apóstolo da Índia”.

Nos primeiros tempos no Brasil ainda se mantinha um tanto ingênuo sobre a hipocrisia da chamada “catequização” dos índios, conforme se verifica pelo teor da sua carta escrita em 1551. Em 1554 teve oportunidade de sair daquele meio hipócrita e adentrar pelo sertão, na famosa expedição, preferível a ficar querendo transformar os índios, que tinham seu estilo de vida e suas crenças próprias, em europeus adestrados à força.

Quanto a Espinosa, os historiadores apenas informam que era castelhano e que, antes de chegar ao Brasil, tinha feito uma passagem pelo Peru e que veio para o Brasil, indo morar

em Porto Seguro, onde constituiu família. Mas levei a pesquisa mais adiante e pude concluir que, sendo de família judia (o sobrenome Espinosa é judeu), teve de abandonar sua terra natal, em Castela, por causa da perseguição católica aos marranos (judeus convertidos ao Catolicismo) e foi morar no Peru (que era uma das colônias espanholas (não conseguindo permanecer lá pelo mesmo motivo, e, dali, veio para o Brasil, chegando a Porto Seguro.

Concluí que a missão de chefiar a expedição rumo ao atual Norte de Minas somente lhe foi confiada porque não havia nenhum outro que ousasse tal empreitada e também porque era tido como muito honesto e os índios eram seus amigos. Portanto, ninguém melhor do que ele para procurar ouro e pedras preciosas para entrega-los de mão beijada aos jesuítas e ao Governo português.

Mas a experiência vivida, de perseguição na sua terra natal e no Peru, deve ter servido, pelo que calculo, para sensibilizar o grande sertanista, que foi Espinosa, para a valorização do povo e da Cultura Indígenas,

Em Porto Seguro, onde residiu durante cerca de dez anos, ficou conhecendo Navarro.

Bem mais velho que o jovem padre, que aqui chegou em 1549, portanto, com 27 ou 28 anos, isso não impediu que se tornassem amigos muito chegados e, inclusive, os muitos escritos que Navarro traduziu para o tupi contaram com as ajudas do irmão jesuíta Vicente Rodrigues e do amigo sefardita Francisco Bruza de Espinosa, que, portanto, era um homem culto.

Surgiu a oportunidade da expedição, encomendada pelo Governador-geral de então, da colônia brasileira, rumo às cabeceiras dos rios Jequitinhonha e São Francisco, onde, segundo informações dos índios, havia muito ouro e pedras preciosas. Então, o jovem jesuíta não hesitou em acompanhar o sertanista e, com a autorização do seu superior, que era Nóbrega.

Reuniram-se a eles doze portugueses e algumas centenas de índios e foram de Porto Seguro até a região acima

apontada, ora por via fluvial, ora à pé, conforme Navarro narrou em sua carta de 20 de junho de 1555.

A ajuda dos índios foi imprescindível, não só para não errarem o caminho, como também como garantia contra os ataques de outros indígenas.

Navarro conta sobre essa viagem, de forma resumida, na carta que transcrevo a seguir, a qual, de ida, durou cerca de um mês:

“

Na verdade, o objetivo real da expedição não era catequisar os índios, mas sim descobrir ouro e pedras preciosas, por indicação deles, que enriqueceriam a Companhia de Jesus, o Governo português e os próprios habitantes da colônia que fossem ladinos o suficiente para tirarem proveito da situação.

Navarro permaneceu mais de um ano na região aonde chegaram, ali aprendendo muito da Cultura Indígena e colaborando com Espinosa na formação de núcleos humanos, que se desenvolveram entre os índios que eram conhecidos pelos portugueses como botocudos, uma vez que usavam botoques no lábio inferior e nas orelhas.

Esses índios eram muito arredios em relação aos portugueses, que consideravam inimigos, mas aceitaram de boamente a convivência e as orientações, sobretudo, de Espinosa e Navarro.

Ao final de um ano e meio Navarro estava de volta a Porto Seguro, levando consigo nenhum ouro e pedras preciosas, para estranheza de todos, mas, em contrapartida, centenas de índios e todos os doze portugueses são e salvos. Todavia, apesar de ainda relativamente jovem, apresentava vários achaques orgânicos, devido às condições precárias durante aquela aventura em regiões totalmente desprovidas de recursos materiais.

Daí a um ano faleceu, conforme conta um seu colega de batina em carta um tanto hipócrita, porque, na verdade, Navarro não era bem visto pelos jesuítas e pelos portugueses, devido à sua grande simpatia pelos índios.

Espinosa não voltou para o mundo “civilizado”, preferindo continuar sua vida, até o final, junto aos seus queridos botocudos.

A história de Navarro é relativamente conhecida, apenas no que se achou conveniente registrar em proveito da doutrina e da atuação jesuíticas, mas foi literalmente apagada no que diz respeito à sua amizade aos índios e sua atuação em defesa deles e da sua Cultura.

Quanto a Espinosa pouco se registrou, mas tenho a opinião de que se tornou um verdadeiro líder branco junto aos botocudos, que ocupavam todo o vale do Jequitinhonha, com isso preservando por muitos anos aquela região das arremetidas escravagistas dos colonos portugueses.

Infelizmente, a atuação de Navarro em Porto Seguro e Salvador, que foram as duas cidades baianas onde atuou como professor e estudioso da língua tupi, essa atuação foi abafada, sobretudo, pelos seus contemporâneos, liderados por Nóbrega, muito cioso do seu comando, e, quanto ao que realizou diretamente junto aos índios, ele próprio teve o cuidado de manter em segredo, para não piorar ainda mais seu descrédito junto aos jesuítas e aos colonizadores portugueses.

Tenho para mim que ficou conhecendo o famoso cacique Cunhambebe [3], o qual transitava frequentemente pela costa brasileira a partir do Rio de Janeiro e o jesuíta “*sui generis*” tornou-se seu discípulo quanto à Cultura Indígena, bem como adepto na luta pela preservação da raça vermelha.

Posso dizer que, em resumo, esses dois espanhóis contribuíram, e muito, para que o genocídio indígena fosse freado naquele longínquo século XVI.

Eram cerca de 5.000.000 de índios quando Pedro Álvares Cabral aqui chegou em 1500 e agora são menos de 300.000: um verdadeiro genocídio [4].

Os historiadores da região do Jequitinhonha valorizam, e muito, os nossos dois personagens, mas quem escreve sobre as entradas, que antecederam as bandeiras, no geral, passa meio que por alto a contribuição dos referidos espanhóis, talvez até por espírito xenofóbico.

Estou apresentando a vocês, prezados leitores, Navarro e Espinosa, dois beneméritos do Brasil indígena, que ousara desafiar os interesses da Companhia de Jesus e do Governo de Portugal, o qual, principalmente quando Mem de Sá e seu sobrinho Salvador Correia de Sá foram nossos Governadores-gerais, promoveram a morte em massa de indígenas brasileiros e incrementaram a escravidão negra como nunca aconteceu em qualquer outra época da História do Brasil.

Restringi-me aqui à História brasileira do século XVI para lhes apresentar Navarro e Espinosa.

NOTAS

[1]

“João de Azpilcueta Navarro, padre da Companhia de Jesus, dos primeiros a serem catequistas no Brasil, no século XVI.

Teria sido o primeiro que aprendeu a língua indígena e dela se utilizou desde 1550 na pregação aos selvagens. Foi certamente o primeiro basco a pisar terras do Brasil. Seu nome era Juan de Azpilikueta y Sebastian, da nobre família dos Azpilikueta do reino da Navarra e os portugueses, com dificuldade para pronunciar o nome, passaram a chamá-lo Navarro, isto é, nascido na Navarra, em homenagem a sua procedência. Pertencia à família de São Francisco Xavier cuja mãe se chamava Maria Azpilikueta Aznares; um dos irmãos do santo, Juan de Azpilicueta (1497-1556), foi senhor de Sotés e se conhecia como Capitão Azpilicueta.

O padre João nasceu no País Basco, na Espanha, em Iriberry ou Burlada, de onde eram naturais seus pais, Juan de Azpilcueta e Maria Sebastiana de Iriberry ou de Javier, entre 1522 e 1523; morreu na Bahia em 1557, ainda jovem. Era sobrinho do humanista Martín de Azpilcueta, o famoso Doutor Navarro, que lecionou

na Universidade de Coimbra. Por isso o padre João frequentou a Universidade entre 1540 e 1549, data de sua partida para o Brasil, vivendo em casa do tio, que o queria como filho. Ingressou na Companhia de Jesus em Coimbra em 22 de dezembro de 1542, mais ou menos aos vinte anos. Foi sempre, com atestam suas cartas, um católico fervoroso. Além do mais, grande estudioso, de estrita moralidade cristã, europeu da Idade Média, seu mundo seria transtornado ao desembarcar no Brasil. Foi ele mesmo quem pediu para embarcar, em 1549.

Em 1544 foi professor de Cânones na Universidade de Coimbra, quando escreveu o livro, que é publicado até hoje, intitulado "Diálogos de las Imágenes de los Dioses Antiguos".

Seu nome é lembrado na cidade de Diadema - SP através de um dos logradouros públicos: Rua Azpicueta Navarro, no bairro Vila Nogueira, e também na cidade de Salvador: Praça Azpicueta Navarro.

No Brasil

D. João III, após a morte do Donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, resolveu instalar um Governo-Geral para todo o país, afastando a cobiça estrangeira. O rei, que foi descrito por Santo Inácio de Loiola como pai e protetor da Companhia de Jesus, enviou com o primeiro governador seis jesuítas comandados pelo padre Manuel da Nóbrega. A viagem durou 56 dias e em 29 de março de 1549 desembarcaram na Bahia, com calorosa recepção pelos colonos.

O Padre João ficou três anos em Salvador, ocupado com a construção do colégio e da cidade e, principalmente, trabalhou nas aldeias indígenas dos arredores. Era necessário aprender o idioma do gentio para poder catequizá-los. E nisso o padre João era excelente! Meses depois, escrevendo à Europa, Nóbrega conta que ele tinha mais facilidade do que os outros para se comunicar

com os índios, e pensava que devia ser por um parecido qualquer entre o euskara que falava desde a infância e o idioma tupi ou abanheenga.

Seus sete anos de estadia no Brasil podem ser divididos em três anos vividos em Salvador, sendo um dos fundadores dessa cidade, três vivendo em Porto Seguro e um ano e meio na viagem ao sertão mineiro.

Viagem ao sertão[editar | editar código-fonte]

Desde 1500, os habitantes de Porto Seguro falavam de uma cordilheira brilhante e preciosa no interior, a serra Verde, serra Negra ou serra das Esmeraldas. Os índios asseguravam que, nas margens da lagoa Vupabaçu("Lagoa grande"), se encontravam pedras verdes - e os portugueses sonhavam com esmeraldas ou safiras. Em 1553, D. João III ordenou ao governador explorar as fontes do rio São Francisco. Informado de que os espanhóis haviam achado ouro e esmeralda do outro lado da linha imaginária de Tordesilhas, encarregou da expedição o castelhano Francisco Bruza Espinosa. Nóbrega indicou como padre João de Azpilcueta. Partiram em outubro ou novembro de 1553. Demorariam um ano e meio, como se conta em Entradas e Bandeiras, para percorrer penosamente 350 léguas, ou seja, 2310 quilômetros.

Para Afrânio Peixoto, em A cultura brasileira, pg. 289, Azpilcueta foi o primeiro mestre e missionário do gentio, o primeiro nas entradas evangelizadoras aos sertões, que varou em 1553 em Porto Seguro - 350 léguas de périplo, às cabeceiras do rio Jequitinhonha, São Francisco, tornando ali ao litoral pelo rio Pardo.» Antes de partir, em carta aos irmãos deixados em Coimbra, escrita de Porto Seguro em 19 de setembro de 1553, conta ele: «Fiquei aqui somente por falta de padres e pela necessidade que havia na terra de despertar a gente que estavam e estão no sono do pecado, somente com nome de cristãos, embebidos em malquerenças, metidos em

demandas, envoltos em torpezas e sujidades publicamente, o que tudo me causava uma tibieza e pouca fé e esperança de poder-se fazer fruto, contudo meti-me a apalpar, quis Nosso Senhor que alguns se apartassem dos pecados, uns tirando de si, outros casando-se, muitos cediam das demandas e libelos condescendendo a meus rogos, e outros, que me ajudavam, e desta maneira se reconciliavam muitos.» E, adiante, conta de seu pouco entusiasmo em partir terra adentro: «Interim, encomendai-me muito ao Senhor, caríssimos, e porque nunca me achei em tanta necessidade como agora, por ir só entre leigos de diversas mais por terras cobertas e gentes bárbaras que se comem, que com lágrimas vos quisera escrever não a ida, senão meu pouco entusiasmo para tão grande empresa.»

Azpilcueta afirma, em correspondência citada pelo padre Serafim Leite em Novas cartas jesuítas, página 155: «Nesta capitania, achei um homem de boas partes, antigo na terra, e tinha o dom de escrever a língua dos índios, o que foi para mim grande consolação, e assim o mais do tempo gastava em lhe dar sermões do Testemunho Velho e Novo e Mandamentos, Pecados mortais e Artigos de fé, e Obras de Misericórdia, para tornar em a língua da terra.» Os jesuítas dos estados do Brasil e do Maranhão escreveram numerosos relatórios, cartas e informes com pormenores sobre sua vida diária e seu trabalho missioneiro. Suas cartas, que acabaram nos arquivos de Roma, Lisboa, Évora, Madrid e no Rio de Janeiro, foram consultadas pelo padre Serafim Leite no século dezenove e hoje são material de grande valor para os historiadores. Era acompanhado em suas missões ao interior pelo padre Vicente Pires, de São João da Talha, em Portugal, entrado na companhia aos dezessete anos. Entravam pelo sertão em terrenos inóspitos, visitando aldeias distantes e, diz Navarro, «passamos assaz trabalho e perigos, por nos ser necessário andar de noite algumas vezes e por matos, porque cá não há os

caminhos de Portugal, e há neles muitas onças e outras feras.»

Na expedição de 1553, enfrentaram os índios do Jequitinhonha (puris ou aimorés) e as dificuldades naturais do caminho ou da ausência dele, nas terras que os próprios indígenas apelidavam Ivituruna ou «montanha negra», devido à sua estatura elevada e vestir-se com a batina negra da Companhia de Jesus. Enfrentaram tempestades e perda de animais, sempre com muito cansaço. Dos encontros com os índios passavam a construir botes para descer caudalosos rios e, mesmo assim, Azpilcueta pôde se referir à beleza da terra, à sua fertilidade, aos costumes dos índios, à abundância de aves e animais selvagens, sem esquecer jamais de sua missão: encher aquela terra de gente cristã, nativa ou estrangeira.

Ele próprio solicitou de Nóbrega autorização para adentrar o sertão, sendo que viajava sempre descalço por gosto pessoal.

Houve um debate sobre se a expedição conseguiu localizar ouro e pedras preciosas, mas ele nada afirma sobre o assunto em sua carta de 1555, apesar de que Ambrósio Pires, em carta dirigida diretamente a Inácio de Loiola, lança uma acusação grave contra Navarro dizendo estranhar a expedição, depois de um ano e meio de viagem, não ter obtido sucesso na localização dessas preciosidades.

Navarro trouxe consigo para Porto Seguro muitos indígenas botocudos, com os quais conviveu na sua estadia nas regiões onde esteve, como companheiro de viagem de espino, mas este não retornou a Porto Seguro.

O estado de saúde de Navarro tornou-se crítico após a referida viagem e veio a falecer em 1557.

A carta em que descreveu a viagem foi escrita em Porto Seguro em vinte e quatro de junho de 1555. No início de 1556, estava de novo em Salvador. Morreu ali entre

quinze e trinta de abril de 1557, tendo dedicado os melhores anos de sua vida à evangelização. Suas cartas se podem ler em «Cartas jesuíticas»: Cartas do Brasil, Cartas avulsas, periodicamente reeditadas.

Trecho de uma carta de Salvador, agosto de 1551:

"Assim, chegamos a uma aldeia onde achamos os gentios todos embriagados, porque aqui têm uma maneira de vinho de raízes que embriaga muito, e quando eles estão assim bêbados ficam tão brutos e ferozes que não perdoam a nenhuma pessoa, e, quando não podem mais, põem fogo na casa onde estão os estrangeiros. Com tudo isto, porque chovia muito e íamos mui molhados, nos recolhemos em outra casa para nos enxugar, e daí a pouco vieram com grande fúria, com espadas e outras armas contra nós..."

Foi considerado pelo historiador Carlos Affonso dos Santos, no seu livro Navarro, o Primeiro Apóstolo do Brasil, como um respeitável geógrafo, historiador e missioneiro.

No Brasil, onde viveu de 1549 a 1557, escreveu um livro, que não foi publicado, intitulado Oraciones y Catequesis en la Lengua General del Brasil."

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_de_Azpilcueta_Navarro)

[2]

“Francisco Bruza Espinosa, castelhano, foi dos primeiros desbravadores do sertão da Bahia ainda no século XVI. Seu nome se grafa também Francisco Bruzo Espinosa, sendo ainda encontrado como Francisco Bruza, Bruzza, Brueza de Espinosa, Espinhosa, Espiñosa ou Spinosa.

Em 1553, D. João III ordenou ao governador-geral Tomé de Sousa explorar as nascentes do rio São Francisco, pois fora informado que os espanhóis haviam encontrado

ouro e esmeraldas do outro lado da linha de Tordesilhas. A expedição foi encomendada ao castelhano.

Toda região onde está o município de Salinas, originariamente de 3.689 km² e abarcando dezesseis distritos e povoados, teve sua colonização iniciada nesta metade do século XVI, quando o desbravador Francisco Bruza Espinosa, seguindo determinação da Coroa, enveredou pelo vale do Rio Pardo com numerosa expedição. Palmilhou os tabuleiros de pastagens naturais – tinha até jazidas de sal, indispensável para o gado – e foi sair do território mineiro para a Bahia onde hoje está a cidade de Espinosa, que ganhou o topônimo em sua homenagem.

Seguido as notícias dadas pela expedição de Espinosa, acorreram à região os chamados vaqueiros baianos tangendo seus rebanhos, deflagrando assim o Ciclo do Couro da Colonização das Gerais. É notório que os povoados surgidos no curso das atividades agropecuárias, curso das atividades agropecuária, notadamente as pastoris, são de crescimento lento.

Os sertões eram habitados pelos índios tapuias por ocasião do descobrimento. Cinquenta anos depois no Governo-Geral de Tomé de Sousa, foi organizada uma expedição à região sob comando do espanhol Francisco Bruza Espinosa. A expedição, da qual fez parte o padre jesuíta João de Azpilcueta Navarro, seguiu pelo sul do litoral baiano, atravessou o vale do rio Jequitinhonha e atingiu o rio São Francisco. Deixaram Porto Seguro em outubro ou novembro de 1553 e precisaram de ano e meio para percorrer 355 léguas (2.310 quilômetros), pelo rio Jequitinhonha, até a Serra do Mar, alcançando o rio São Francisco, passando ao rio Verde, finalmente descendo o rio Pardo até o mar.

A crônica da expedição está em carta do jesuíta escrita em Porto Seguro, para os seus superiores em Coimbra, a 24 de junho de 1555.

A ação de colonização aconteceu muitos anos depois, quando, em 1690, o regente do São Francisco, Antônio Guedes de Brito, se estabeleceu com duzentos homens armados na serra Geral, hoje município do Jacarací, na Bahia. Ali bem perto formou-se o povoado de Lençóis do Rio Verde - denominação que se explica pelos lençóis postos a secar no rio pelas lavadeiras da região. Esse povoado ficava nos arredores de uma antiga capela, mais tarde e a matriz de São Sebastião. Em 1859, criou-se o distrito de Lençóis, ligado ao município de Rio Pardo. Posteriormente, em 1923, sob a denominação de São Sebastião dos Lençóis, é elevado a município, desmembrado de Monte Azul. O nome Espinosa foi instituído depois, em homenagem ao desbravador do local.”

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Bruza_Espinosa)

[3]

*“Cunhambebe (? - c. 1555) foi um famoso chefe indígena tupinambá brasileiro. Foi a autoridade máxima entre todos os líderes tamoios da região compreendida entre o Cabo Frio (Rio de Janeiro) e Bertioga (São Paulo). Foi aliado dos franceses que se estabeleceram na Baía de Guanabara em 1555, no projeto da França Antártica. É citado na obra do religioso francês André Thévet *Les singularités de la France Antarctique* e na obra do aventureiro alemão Hans Staden *"História Verdadeira..."*. Notícia-se que o chefe tamoio, em rituais canibais de sua tribo, tenha devorado mais de sessenta portugueses .*

Etimologia

Segundo o tupinólogo Eduardo de Almeida Navarro, o nome "Cunhambebe" é derivado do termo tupi kunhãmbeba, que significa "mulher achatada, sem seios, de seios muito pequenos", pela junção de kunhã (mulher) e mbeba (achatado). Seria uma alusão

ao peito musculoso e desenvolvido de Cunhambebe. O escritor Eduardo Bueno, baseado em Teodoro Sampaio, diz que "Cunhambebe" significa "o gago" em tupi, mas tal etimologia é considerada fantasiosa por Eduardo de Almeida Navarro.

Biografia

Segundo Capistrano de Abreu, houve não apenas um, mas dois Cunhambebes: pai e filho. O pai teria sido o famoso guerreiro que Hans Staden encontrou na Serra de Ocaraçu (atual conjunto de morros do Cairuçu, ao Sul de Paraty, na região de Trindade). André Thevet também teria conhecido este Cunhambebe. Faleceu de "peste" (provavelmente varíola) após a chegada dos colonos franceses de Nicolas Durand de Villegagnon à Baía de Guanabara. Alguns anos após a morte deste Cunhambebe, o padre José de Anchieta teria encontrado o Cunhambebe filho em Yperoig (atual cidade de Ubatuba) para as negociações que deram origem ao Armistício de Yperoig - o primeiro tratado de paz conhecido no continente americano, colocando fim à chamada Confederação dos Tamoios, que ameaçava São Vicente e a supremacia portuguesa no sul do Brasil.

Pacificados os indígenas das proximidades de São Vicente, os portugueses atacaram os franceses que estavam instalados na Baía de Guanabara, dizimando as tribos tupinambás que ali residiam. O fato se repetiu no Cabo Frio, tendo sobrevivido os Tupinambás de Ubatuba, que, fugindo para o sertão ou misturando-se aos colonos em Ubatuba, deram origem aos atuais caiçaras, na região do Litoral Norte de São Paulo.

No início do século XVII, já não havia mais nenhum tupinambá na região do Rio de Janeiro, a não ser os convertidos ao catolicismo e os utilizados como serviçais pelos portugueses.”

(<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cunhambebe>)

[4]

“Genocídio dos povos indígenas é a destruição genocida das populações indígenas, entendidas como minorias étnicas cujo território foi ocupado pela expansão colonial ou pela formação de um Estado-nação, por um grupo político dominante como uma potência colonial ou um Estado-nação.

Embora o conceito de genocídio fosse formulado por Raphael Lemkin em meados do século XX, os atos de violência genocida contra os grupos indígenas frequentemente ocorreram nas Américas, Austrália, África e Ásia, com a expansão de várias potências coloniais europeias, como os impérios Espanhol e Britânico, e o subsequente estabelecimento de Estados-nação no território indígena. De acordo com Lemkin, a colonização foi em si "intrinsecamente genocida". Ele considerou este genocídio como um processo em duas fases, sendo a primeira a destruição do modo de vida das populações indígenas. Na segunda etapa, os recém-chegados impondo seu modo de vida em grupo minoritário. De acordo com David Maybury-Lewis, formas imperiais e coloniais de genocídio foram encenadas de duas maneiras principais, seja através da remoção deliberada de territórios de seus habitantes originais, a fim de torná-los exploráveis para fins de extração de recursos ou assentamentos coloniais, ou através de alistamento dos povos indígenas como trabalhadores forçados em projetos de extração de recursos coloniais ou imperialistas. A designação de acontecimentos específicos como genocida é muitas vezes controverso.

Alguns acadêmicos, entre eles Lemkin, têm argumentado que o genocídio cultural, às vezes chamado de etnocídio, também deve ser reconhecido. Um povo poderia continuar a existir, porém seria impedido de perpetuar

sua identidade de grupo pelas proibições contra práticas culturais e religiosas que são a base dessa identidade. A acusação de genocídio cultural realizada pelos chineses durante a ocupação do Tibete é um exemplo.

Debate sobre genocídio

O conceito de genocídio foi definido em 1944 por Raphael Lemkin. Após a Segunda Guerra Mundial, foi adotado pelas Nações Unidas em 1948. Por Lemkin, o genocídio foi amplamente definido e incluía todas as tentativas de destruir um grupo étnico específico, seja estritamente física, através de assassinatos em massa, ou cultural ou psicológica por meio de opressão e destruição dos modos de vida nativos.

A definição das Nações Unidas, que é utilizada no direito internacional, é mais estreita do que de Lemkin, e afirma que o genocídio é: "... qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou grupo religioso, tais como:

- (a) Assassinato de membros do grupo;*
- (b) Causar sérios danos físicos ou mentais a membros do grupo;*
- (c) Sujeição intencional do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial;*
- (d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos dentro do grupo;*
- (e) Transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo."*

A maioria das tentativas de definir eventos específicos como genocidas são contestados em vários graus, especialmente quando as vítimas são grupos minoritários, como os povos indígenas, e o suposto autor é um Estado-nação moderno ao invés de um império colonial. Nestes casos, se ocorreu ou não genocídio, é uma questão

jurídica a ser resolvida nos tribunais internacionais de direitos humanos.

A determinação de se um acontecimento histórico deve ser considerado genocídio pode ser uma questão de debate acadêmico. Pois a responsabilidade legal não está em causa, a definição das Nações Unidas nem sempre pode fornecer a base para tais discussões. Os historiadores podem recorrer a definições mais amplas, tais como Lemkin, que vê a violência colonialista contra os povos indígenas como inerentemente genocida. Por exemplo, no caso da colonização dos povos ameríndios, em que 90% da população indígena foi dizimada em 500 anos de colonização europeia, pode ser discutível se o genocídio ocorreu quando a doença foi a principal causa do declínio da população, uma vez que existem alguns casos de introdução deliberada de doença,^[11] mas a grande maioria dos casos, sem a intenção de causar a morte. Alguns estudiosos afirmam que a intenção de genocídio não é necessária, uma vez que o genocídio pode ser o resultado cumulativo de pequenos conflitos em que colonos ou agentes coloniais ou estatais, perpetraram violência contra grupos minoritários. Outros argumentam que as terríveis consequências das doenças europeias entre muitas populações do Novo Mundo foram exacerbadas por diferentes formas de violência genocida, e que as mortes intencionais e não intencionais não podem ser facilmente separadas. Alguns estudiosos consideram a colonização das Américas como genocídio, uma vez que alegam que foi em grande parte alcançada através de exploração sistemática, remoção e destruição grupos étnicos específicos, mesmo quando a maioria das mortes foram causadas por doença e não pela violência direta de colonizadores. Nessa visão, o conceito do "Destino Manifesto" na expansão do leste para o oeste dos Estados Unidos pode ser visto como tendo contribuído para o genocídio.

Exemplos pré-1948

No século XVI, a expansão dos impérios europeus levou à conquista das Américas, África, Austrália e Ásia. Este período de expansão resultou em vários casos de massacres e genocídio. Muitos povos indígenas, como os Yukis, Beothuk, Pallawah e Herero, foram levados à beira da extinção. Em alguns casos, tribos inteiras foram aniquiladas.

A questão da colonização e do genocídio nas Américas

As estimativas do declínio da população nas Américas desde o primeiro contato com os europeus em 1492 até a virada do século XX dependem da estimativa da população inicial pré-contato. No início do século XX, acadêmicos estimaram baixas populações pré-contato para as Américas, com estimativa de Alfred Kroeber tão baixas quanto 8,4 milhões de pessoas em todo o hemisfério. As descobertas arqueológicas e uma melhor panorâmica dos primeiros censos contribuíram para estimativas muito mais elevadas. Dobyns (1966) estimou uma população pré-contato de 90-112 milhões. Estimativas mais conservadoras de Denevan foram de 57,3 milhões. Russell Thornton (1987) chegou a um valor em torno de 70 milhões. De acordo com a estimativa da população inicial, em 1900, pode-se dizer que a população indígena teria diminuído em mais de 80%, devido, principalmente, aos efeitos de doenças como a varíola, sarampo e cólera, mas também a violência e guerra pelos colonizadores contra os índios.

Os estudiosos que argumentam de forma proeminente que este declínio da população pode ser considerado genocida incluem o historiador David Stannard e o demógrafo antropológico Russell Thornton, bem como acadêmicos ativistas, tais como Vine Deloria, Jr., Russell Means e Ward Churchill. Stannard compara os eventos de colonização que conduziu ao declínio da população nas Américas com a definição de genocídio na

Convenção de 1948 das Nações Unidas, e escreve que "À luz da linguagem da ONU — mesmo pondo de lado algumas de suas construções mais frouxas — é impossível saber o que aconteceu nas Américas durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX e não concluir que foi genocídio". Thornton não considera a investida de doenças como sendo genocídio, e somente descreve como genocídio o impacto direto da guerra, da violência e massacres, muitos dos quais tiveram o efeito de aniquilar grupos étnicos inteiros. O estudioso do Holocausto e cientista político Guenter Lewy rejeita o rótulo de genocídio e vê o despovoamento das Américas como "não um crime, mas uma tragédia".

México

Em 1835, o governo do estado mexicano de Sonora colocou uma recompensa sobre os apaches que, ao longo do tempo, evoluiu para um pagamento pelo governo de 100 pesos para cada escalpo de um homem de 14 ou mais anos de idade. O autor e historiador James L. Haley escreveu: "Começando em 1837, o estado de Chihuahua também ofereceu recompensa, 100 pesos por guerreiro, 50 pesos por mulher, e 25 pesos por criança, nada mais nada menos que um genocídio." De acordo com Harris Worcester: "A nova política atraiu um grupo diversificado de homens, incluindo anglos, escravos fugitivos liderados pelo seminole John Horse e índios - Kirker usou Delawares e Shawnees; outros, como Terrazas, usaram Tarahumaras, e o chefe seminole Coacoochee liderou um bando de seu próprio povo que fugiu do território indígena."

Colonização dos Estados Unidos e expansão para o oeste
No final do século XVI, Inglaterra, França, Espanha e Países Baixos lançaram esforços de colonização na parte da América do Norte que atualmente são os Estados Unidos. Os Estados Unidos não foram legalmente admoestados pela comunidade internacional por atos

genocidas contra a sua população indígena, mas muitos analistas e acadêmicos argumentam que eventos tais como Trilha das Lágrimas, Massacre de Sand Creek e a Guerra Mendocino foram genocidas por natureza. Alguns relatos indicam massacres genocidas envolvendo autoridades governamentais dos Estados Unidos distribuindo cobertores infectados com varíola em 1837 provavelmente ocorrendo entre algumas tribos. Além disso, é documentado que o então Secretário de Guerra Lewis Cass ordenou que nenhum Mandan (juntamente com os Arikaras, os Cree, e os Blackfoot) recebessem vacinações contra a varíola, que foram concedidas a outras tribos em outras áreas. A análise acadêmica indica que o comandante britânico Jeffery Amherst autorizou o uso intencional da doença como arma biológica contra populações indígenas durante o cerco de Fort Pitt.

Remoção indígena e Trilha das Lágrimas

Seguindo o Indian Removal Act de 1830, o governo estadunidense começou a realocação à força de tribos da Costa Leste através do Mississippi. A remoção incluiu muitos membros das nações Cherokees, Muscogee (Creek), Seminole, Chickasaw e Choctaw, entre outras, nos Estados Unidos, de suas pátrias para território indígena em seções orientais do atual estado de Oklahoma. Cerca de 2.500 a 6.000 morreram ao longo da Trilha das Lágrimas. Chalk e Jonassohn afirmam a deportação da tribo Cherokee ao longo da Trilha das Lágrimas certamente seria considerado um ato de genocídio atualmente. O Indian Removal Act de 1830 conduziu ao êxodo; cerca de 17.000 Cherokees - além de aproximadamente 2.000 Cherokee pertencentes a escravos negros - foram removidos de suas casas. O número de pessoas mortas como resultado da Trilha das Lágrimas tem sido diversas vezes estimado. O médico e missionário americano Elizur Butler, que fez a viagem com uma parte, estima 4.000 mortes.

Historiadores como David Stannard e Barbara Mann^[39] observaram que o exército deliberadamente encaminhou a marcha dos Cherokee para passar por áreas conhecidas de epidemia de cólera, tais como Vicksburg. Stannard estima que durante a remoção forçada de suas terras natais, após o Indian Removal Act assinado em lei pelo presidente Andrew Jackson em 1830, 8000 Cherokee morreram, cerca da metade da população total.

Guerras indígenas nos Estados Unidos]

Uma vala comum sendo escavada para corpos congelados de Massacre de Wounded Knee de 1890, no qual o Exército dos EUA assassinou 150 Lakotas, marcando o fim das Guerras Indígenas.

Durante as guerras indígenas nos Estados Unidos, o Exército dos Estados Unidos realizou uma série de massacres e deslocamentos forçados de povos indígenas que foram, por vezes, considerados genocídio. O massacre de Sand Creek, que causou indignação em sua própria época, tem sido chamado de genocídio. O general John Chivington liderou uma força de milícia de 700 homens do Território de Colorado em um massacre de 70-163 Cheyenne e Arapaho pacíficos, cerca de dois terços dos quais eram mulheres, crianças e bebês. Chivington e seus homens tomaram escalpos e outras partes do corpo como troféus, incluindo fetos humanos e genitália masculina e feminina. Em defesa de suas ações Chivington declarou,

Amaldiçoe qualquer homem que simpatize com os índios! ... Eu vim para matar índios, e acredito que é certo e honrado usar qualquer meio, debaixo do céu de Deus para matar índios... Matar e escarpelar todos, grandes e pequenos; lândeas fazem piolhos

— Cel. John Milton Chivington, Exército

dos EUA

Colonização da Califórnia e Oregon

A colonização estadunidense da Califórnia começou de verdade em 1849, e resultou em um grande número de massacres subsidiados pelo Estado por colonos contra os índios no território, fazendo com que vários grupos étnicos inteiros fossem aniquilados. Em uma dessas séries de conflitos, a chamada Guerra Mendocino e a subsequente Guerra de Round Valley, o povo Yuki inteiro foi levado à beira da extinção, de uma população anterior de cerca de 3.500 pessoas para menos de 100. De acordo com Russell Thornton, as estimativas da população pré-colombiana da Califórnia era pelo menos 310.000, e podendo ser de 705.000. Em 1849, devido à colonização e as epidemias espanhola e mexicana este número tinha diminuído para 100.000. Mas a partir de 1849 e até 1890, a população indígena da Califórnia havia caído abaixo de 20.000, principalmente por causa dos assassinatos. Pelo menos 4.500 índios da Califórnia foram mortos entre 1849 e 1870, enquanto muitos outros morreram devido à doença e fome. 10.000 índios também foram sequestrados e vendidos como escravos.

Colonização espanhola das Américas

*Estima-se que durante a conquista espanhola das Américas até oito milhões de indígenas morreram, principalmente através de doenças. Os atos de brutalidade no Caribe e a aniquilação sistemática que ocorria nas ilhas do Caribe levaram o frade dominicano Bartolomé de las Casas a escrever a *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* em 1552. Las Casas escreveu que a população indígena na colônia espanhola de Hispaniola tinha sido reduzida de 400 mil para 200 dentro de algumas décadas. Suas obras estavam entre aquelas que deram origem ao termo *Leyenda Negra* para descrever a propaganda anti-espanhola.*

Com a conquista inicial das Américas concluída, os espanhóis implementaram o sistema de encomienda. Em teoria, a encomienda colocou grupos indígenas sob a supervisão espanhola para fomentar a assimilação cultural e conversão ao cristianismo, mas na prática levou à exploração legalmente sancionada dos recursos naturais e o trabalho forçado em condições brutais com uma elevada taxa de mortalidade. Embora os espanhóis não se estabeleceram para exterminar os povos indígenas, acreditando que seu número seria inesgotável, suas ações levaram à aniquilação de tribos inteiras, como os Arawak. Na década de 1760, uma expedição despachada para fortalecer a Califórnia, liderada por Gaspar de Portolà e Junípero Serra, foi marcada pela escravidão, conversões forçadas e genocídio, através da introdução de doenças.

Expansão colonial portuguesa na África e no Brasil

Alguns têm argumentado que um genocídio ocorreu durante a colonização portuguesa das Américas, iniciada em 1549 por Pedro Álvares Cabral na costa do atual Brasil. Também foi argumentado que o genocídio ocorreu durante a era moderna com a destruição permanente dos Jivaro, Yanomami e de outras tribos. Mais de 80 tribos indígenas desapareceram entre 1900 e 1957, e de uma população de mais de um milhão durante este período 80% tinha sido assassinada por meio da desculturação, doenças ou homicídio.

O Império Britânico foi acusado de vários genocídios. A doutrina da terra nullius foi utilizada pelos britânicos para justificar a sua tomada do território na Austrália e Tasmânia. A morte de 3.000 a 15.000 aborígenes tasmânicos tem sido chamada de um ato de genocídio.

Colonização da Austrália e Tasmânia

A extinção dos aborígenes tasmânicos é considerada como um caso clássico de genocídio por Lemkin, pela maioria dos acadêmicos comparativos de genocídio, e

muitos historiadores gerais, incluindo Robert Hughes, Ward Churchill, Leo Kuper e Jared Diamond, que baseiam sua análise sobre histórias anteriormente publicadas. Entre 1824 e 1908, os colonos brancos e a Native Mounted Police em Queensland, de acordo com Raymond Evans, assassinaram mais de 10.000 aborígenes, que eram considerados como vermes e às vezes até caçados por esporte.

Ben Kiernan, um historiador australiano de genocídio, considera a evidência australiana ao longo do primeiro século da colonização como um exemplo de genocídio em sua história do conceito e prática de 2007, Blood and soil: a world history of genocide and extermination from Sparta to Darfur. A prática australiana de retirar as crianças descendentes dos aborígenes australianos e dos Nativos do Estreito de Torres de suas famílias, tem sido descrita como genocida. O relatório de 1997, "Bringing them Home", concluiu que a separação forçada de crianças aborígenes de suas famílias constitui um ato de genocídio. Na década de 1990, uma série de instituições estatais australianas, incluindo o estado de Queensland, pediram desculpas por suas políticas relativas à separação forçada de crianças aborígenes. Outra acusação contra o estado australiano é o uso de serviços médicos aos aborígenes para administrar terapia contraceptiva para mulheres indígenas sem o seu conhecimento ou consentimento, incluindo a utilização de Depo Provera, bem como ligadura de trompas. Ambas, a adoção forçada e a contracepção forçada, seriam abrangidas pelas disposições da Convenção do Genocídio da ONU. Alguns estudiosos australianos, incluindo o historiador Geoffrey Blainey, o cientista político Ken Minogue e o proeminente professor Keith Windschuttle, rejeitam a ideia de que a política aborígene australiana foi genocida.

Ciclo da borracha no Congo e Putumayo

De 1879 a 1912, o mundo experimentou um ciclo da borracha. Os preços da borracha dispararam, e tornou-se cada vez mais lucrativo extrair borracha das zonas de floresta tropical na América do Sul e África Central. A extração da borracha era de trabalho intensivo e a necessidade de uma grande força de trabalho teve um efeito negativo significativo sobre a população indígena em todo o Brasil, Peru, Equador e Colômbia e no Congo. Os proprietários das plantações ou barões da borracha eram ricos, porém aqueles que recolhiam a borracha conseguiam muito pouco, uma vez que era necessário uma grande quantidade de borracha para ser rentável. Os barões da borracha reuniam todos os índios e os obrigavam a explorar borracha das árvores. Escravidão e abusos graves dos direitos humanos foram generalizados, e em algumas áreas 90% da população indígena foi dizimada. Uma plantação iniciada com 50.000 índios e quando as mortes foram descobertas, apenas 8.000 ainda estavam vivos. Estas plantações de borracha eram parte do mercado da borracha brasileira, que diminuiu à medida que as plantações de borracha no Sudeste da Ásia tornou-se mais eficiente.

Roger Casement, um viajante irlandês a região de Putumayo do Peru como um cônsul britânico durante 1910-1911, documentou o abuso, a escravidão, assassinatos e utilização dessas reservas para tortura contra os índios:

"Os crimes imputados a muitos homens agora a serviço da Peruvian Amazon Company são do tipo mais atroz, incluindo assassinato, violação, e açoitamento constante."

Estado Livre do Congo

Sob Leopoldo II da Bélgica, a perda populacional no Estado Livre do Congo foi estimada em sessenta por

cento. O Estado Livre do Congo foi especialmente atingido pelas epidemias da doença do sono e varíola.

Genocídio dos hererós e namaquas

Atrocidades contra a população indígena africana pelo império colonial alemão podem ser datadas até os primeiros assentamentos alemães no continente. As autoridades coloniais alemãs realizaram genocídio no Sudoeste Africano Alemão e os sobreviventes foram encarcerados em campos de concentração. Também foi relatado que, entre 1885 e 1918, as populações indígenas do Togo, África Oriental Alemã e Camarões sofreram vários abusos dos direitos humanos, incluindo fome pela tática da terra arrasada e transferência forçada para utilização como mão de obra. A ação do Império Alemão no Sudoeste Africano Alemão contra a tribo Herero é considerada por Howard Ball como sendo o primeiro genocídio do século XX.^[66] Depois que os Hererós, Namaquas e Damaras iniciaram uma revolta contra o governo colonial, o general Lothar von Trotha, designado como chefe das forças alemãs no Sudoeste Africano Alemão pelo Imperador Guilherme II, em 1904, deu a ordem para as forças alemãs para impeli-los para o deserto onde morreriam. Em 2004, o Estado alemão pediu desculpas pelo genocídio. Enquanto muitos argumentam que a campanha militar na Tanzânia para suprimir a Rebelião Maji Maji na África Oriental Alemã entre 1905 e 1907 não foi um ato de genocídio, uma vez que os militares não tinham como objetivo intencional a morte de centenas de milhares de africanos, de acordo com Dominik J. Schaller, a declaração lançada na época pelo governador Gustav Adolf von Götzen não o absolve da acusação de genocídio, mas seria uma prova que a administração alemã sabia que os seus métodos de terra arrasada resultariam em fome. Estima-se que 200.000 africanos morreram da fome, com algumas áreas completamente e permanentemente desprovidas de vida humana.

Exemplos contemporâneos

O genocídio de tribos indígenas ainda é um recurso contínuo no mundo moderno, com o despovoamento contínuo dos Jivaro, Yanomami e de outras tribos no Brasil tendo sido descrito como genocídio. As ações estatais em Bangladesh contra os Jumma foram descritas internacionalmente como limpeza étnica e genocídio. O Paraguai também foi acusado de realizar um genocídio contra os Aché cujo caso foi levado perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A comissão proferiu uma decisão provisória que o genocídio não tinha sido cometido pelo Estado, mas expressou preocupação ao longo dos "possíveis abusos por particulares em áreas remotas do território do Paraguai".

Bangladesh

Em Bangladesh, a perseguição das tribos indígenas de Chittagong Hill Tracts, como os Chakma, Marma, Tripura e outros que são principalmente budistas, hindus, cristãos e animistas, tem sido descrita como genocida. Chittagong Hill Tracts estão localizadas na fronteira com a Índia, Myanmar e na Baía de Bengala, e abriga 500.000 indígenas. Os perpetradores de Bangladesh são os militares e os colonos bengalis muçulmanos, que juntos vêm incendiando templos budistas e hindus, assassinando muitos Chakmas e efetuando uma política de estupros de gangues contra os nativos. Há também acusações de Chakmas sendo forçados a se converter ao Islã, muitos dos quais crianças que foram raptadas para esta finalidade. O conflito começou logo após a independência de Bangladesh em 1972, quando a Constituição impôs o bengali como a única língua oficial, o Islã como a religião do Estado - sem direitos culturais ou linguísticos para as populações minoritárias. Posteriormente, o governo incentivou e patrocinou o assentamento maciço por bengaleses na região, que alteraram a demografia de

98 por cento de nativos em 1971 para cinquenta por cento até 2000. O governo destinou um terço dos militares de Bangladesh para a região para apoiar os colonos, o que provocou uma prolongada guerra de guerrilha entre as tribos e os militares. Durante este conflito que terminou oficialmente em 1997, e no período subsequente, foram relatados um grande número de violações dos direitos humanos contra os povos indígenas, com a violência contra as mulheres indígenas sendo particularmente extrema.

Os colonos bengaleses e soldados estupraram mulheres nativas Jumma (Chakma) "com impunidade" com as forças de segurança de Bangladesh fazendo pouco para proteger os Jummas e, ao invés disso, ajudando os estupradores e os colonos.

Brasil

No final dos anos 1950 até 1968, o Estado brasileiro submeteu seus povos indígenas às tentativas violentas para integrar, pacificar e aculturar suas comunidades. Em 1967, o promotor público Jader de Figueiredo Correia, apresentou o Relatório Figueiredo à ditadura que então governava o país, o relatório de sete mil páginas não seria liberado até 2013. O relatório documenta crimes de genocídio contra os povos indígenas do Brasil, incluindo assassinatos em massa, tortura e guerra bacteriológica e química, relatava escravidão e abuso sexual. Os documentos redescobertos estão a ser analisados pela Comissão Nacional da Verdade, que tem sido encarregada das investigações de violações de direitos humanos que ocorreram nos períodos de 1947 a 1988. O relatório revela que o Serviço de Proteção ao Índio havia escravizado povos indígenas, torturado crianças e roubado terras. A Comissão da Verdade é da opinião de que tribos inteiras no Maranhão foram completamente erradicadas e em Mato Grosso, um ataque a trinta cintas-largas deixou apenas dois sobreviventes. O relatório também afirma que latifundiários e membros do

SPI teriam entrado em aldeias isoladas e deliberadamente introduzido varíola. Das cento e trinta e quatro pessoas acusadas no relatório do Estado até agora não julgaram nenhuma, uma vez que a Lei da Anistia aprovada no fim da ditadura não permite julgamentos para os abusos que aconteceram nesse período. O relatório também detalha casos de assassinatos em massa, estupros e tortura, Figueiredo afirma que as ações do SPI teriam deixado os povos indígenas próximos da extinção. O Estado aboliu o SPI após o lançamento do relatório. A Cruz Vermelha lançou uma investigação após novas alegações de limpeza étnica serem feitas após o SPI ter sido substituído.

Colômbia

No prolongado conflito na Colômbia, os grupos indígenas, como os povos Awá, Wayuu, Pijao e Paez tornaram-se sujeitos a intensa violência por parte dos paramilitares de direita, das guerrilhas esquerdistas, e do exército colombiano.^{[88] [89]} Os cartéis de drogas, as empresas internacionais de extração de recursos e os militares também usaram a violência para forçar os grupos indígenas a sair de seus territórios. A Organização Nacional Indígena da Colômbia argumenta que a violência é genocida por natureza, mas outros questionam se existe uma "intenção genocida", conforme exigido na legislação internacional.

Congo (RDC)

Na República Democrática do Congo a violência genocida contra os povos indígenas Mbuti, Lese e Ituri tem sido endêmica por décadas. Durante a Guerra Civil Congo (1998-2003), os pigmeus foram caçados e comidos por ambos os lados do conflito, que os consideravam como sub-humanos. Sinafasi Makelo, um representante dos pigmeus Mbuti, pediu ao Conselho de Segurança da ONU para reconhecer o canibalismo como um crime contra a humanidade e também como um ato de

genocídio. De acordo com um relatório da Minority Rights Group International, há evidências de assassinatos em massa, canibalismo e estupro. O relatório, que classificou esses eventos como uma campanha de extermínio, ligou grande parte da violência as crenças sobre poderes especiais detidos por Bambuti. No distrito de Ituri, as forças rebeldes lançaram uma operação de codinome "Effacer le tableau". O objetivo da operação, de acordo com testemunhas, era livrar a floresta dos pigmeus.

Timor-Leste

A Indonésia invadiu o Timor-Leste, que anteriormente tinha sido uma colônia portuguesa, em 1975. Depois disso, o governo indonésio encorajou políticas militares repressivas para lidar com os protestos étnicos e a resistência armada na área e incentivou o assentamento à região por povos de outras partes da Indonésia. A violência entre 1975 e 1993 tinha reivindicado entre 120.000 e 200.000 pessoas. A repressão entrou nos holofotes internacionais em 1991, quando um protesto em Dili foi interrompido pelas forças indonésias que mataram mais de 250 pessoas e centenas de outras ficaram desaparecidas. O massacre de Santa Cruz, como o evento tornou-se conhecido, chamou significativa atenção internacional para a questão (destacada com o Prêmio Nobel da Paz de 1996 sendo fornecido para Bispo Carlos Filipe Ximenes Belo e o líder da resistência José Ramos-Horta). Na sequência do clamor internacional, o governo indonésio começou a organizar um grande número de grupos paramilitares em Timor-Leste que continuaram assediando e matando ativistas pró-independência. Ao mesmo tempo, o governo da Indonésia aumentou significativamente os esforços de reassentamento da população para a área e de destruição da infra-estrutura e do ambiente utilizado pelas comunidades timorenses. Isso acabou resultando em uma força de intervenção internacional a ser implantada

para uma votação pela população para a independência de Timor Leste em 1999. A votação foi significativa a favor da independência e as forças indonésias se retiraram, embora os paramilitares continuariam realizando ataques de represália por alguns anos.^{[102] [103]} Um relatório das Nações Unidas sobre a ocupação indonésia identificou fome, utilização de desfolhantes e napalm, tortura, estupro, escravidão sexual, desaparecimentos, execuções públicas e execuções extrajudiciais sancionadas pelo governo indonésio e todo o conflito resultando na redução da população a um terço do seu nível de 1975.

Guatemala

Durante a Guerra Civil da Guatemala (1960-1996) as forças estatais efetuaram atrocidades violentas contra os povos maias. O governo considerava os maias como estando alinhados com os rebeldes comunistas, que às vezes estavam mas muitas vezes não estavam. As forças armadas da Guatemala realizaram três campanhas que têm sido descritas como genocídio. A primeira foi uma política de terra queimada que também foi acompanhada por assassinato em massa, incluindo o recrutamento forçado de meninos maias para o serviço militar, onde eram, por vezes, forçados a participar em massacres contra as suas aldeias natais. A segunda foi para caçar e exterminar aqueles que haviam sobrevivido e escapado do exército e a terceira foi a transferência forçada de sobreviventes para "centros de reeducação" e a busca contínua daqueles que tinham fugido para as montanhas. As forças armadas usaram estupro genocida de mulheres e crianças como uma tática deliberada. As crianças eram espancadas até a morte batendo-as contra paredes ou lançando-as vivas em valas comuns onde seriam esmagadas pelo peso de um adulto morto jogado em cima delas. Estima-se que 200.000 pessoas, a maioria delas maias, desapareceram durante a guerra civil guatemalteca. Depois dos acordos de paz de 1996, um

processo legal foi iniciado para determinar a responsabilidade legal das atrocidades e para localizar e identificar os desaparecidos. Em 2013, o ex-presidente Efraín Ríos Montt foi condenado por genocídio e crimes contra a humanidade e foi sentenciado a 80 anos de prisão. Dez dias depois, o Tribunal Constitucional da Guatemala anulou a condenação.

Irian Jaya/Papua Ocidental

*Desde a época da sua independência até o final dos anos 1960, o governo indonésio buscou o controle da metade ocidental da ilha de Nova Guiné, a área chamada Irian Jaya ou Papua Ocidental, que havia permanecido sob o controle dos Países Baixos. Quando finalmente conseguiu o controle reconhecido internacionalmente para a área, uma série de confrontos ocorreram entre o governo indonésio e o Movimento Papua Livre. O governo da Indonésia iniciou uma série de medidas destinadas a suprimir a organização na década de 1970 e a supressão atingiu níveis elevados em meados dos anos 1980. Os abusos dos direitos humanos decorrentes incluíram execuções extrajudiciais, tortura, desaparecimentos, estupro e perseguição de povos indígenas em toda a província. Um relatório de 2004 da Allard K. Lowenstein International Human Rights Clinic na Yale Law School identificou tanto a violência em massa como as políticas de transmigração que incentivavam famílias balinesas e javanesas a se mudarem para a área como uma forte evidência "que o governo indonésio estava cometendo atos proscritos com a intenção de destruir os papuásios ocidentais como tal, em violação da Convenção de 1948 sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio." O genocídio contra os povos indígenas da região foram as principais reivindicações feitas no caso estadunidense *Beanal v. Freeport*, uma das primeiras ações judiciais em que os povos indígenas fora dos Estados Unidos solicitaram a*

obtenção de uma sentença contra uma corporação multinacional pela destruição ambiental fora dos Estados Unidos. Enquanto o requerente, um líder indígena, afirmava que a empresa de mineração Freeport-McMoRanhavia cometido genocídio através da destruição ambiental, que "resultou na morte proposital, deliberada, maquinada e planejada de uma cultura dos indígenas", o tribunal considerou que o genocídio é referente apenas à destruição dos povos indígenas e não se aplicava à destruição da cultura dos povos indígenas"; no entanto, o tribunal deixou aberta a oportunidade para que os requerentes alterassem seus arquivamentos com reivindicação adicional.

Myanmar

Em Myanmar (Birmânia), a guerra civil de longa duração entre a junta militar e os rebeldes tem resultado em atrocidades contra os povos indígenas Karens alguns dos quais estão aliados com os insurgentes. Essas atrocidades têm sido descritas como genocídio. O general birmanês Maung Hla afirmou que um dia os Karens só existirão "em um museu". O governo implantou 50 batalhões no setor norte para atacar sistematicamente aldeias Karen com disparos de morteiros e metralhadoras, e minas terrestres. Pelo menos 446 mil Karens foram deslocados de suas casas pelos militares. Também é relatado que os Karen estão sendo submetidos a trabalho forçado, estupro genocida, trabalho infantil e recrutamento de crianças-soldados.

Paraguai

Existem 17 tribos indígenas que vivem principalmente na região do Chaco do Paraguai. Em 2002, seus números eram estimados em 86 mil. Durante o período entre 1954 e 1989, quando a ditadura militar do general Alfredo Stroessner governou o Paraguai, a população indígena do país sofreu a maior perda de território e violações dos direitos humanos do que em qualquer outro momento na

história da nação. No início de 1970, grupos internacionais afirmaram que o Estado era cúmplice no genocídio dos Aché, com acusações variando de sequestro e venda de crianças, retenção de medicamentos e de alimentos, escravidão e tortura. Durante os anos 1960 e 1970, 85% da tribo Aché foi morta, muitas vezes mutilados até a morte com machetes, a fim de abrir espaço para a indústria madeireira, mineradora, agrícola e pecuarista.^[48] De acordo com Jérémie Gilbert, a situação no Paraguai tem provado que é difícil apresentar a prova exigida para mostrar "intenção específica", em apoio de uma reivindicação de que o genocídio teria ocorrido. Os Aché, cujo grupo cultural é visto agora como extinto, foram vítimas pelo desenvolvimento por parte do Estado, que havia promovido a exploração de seus territórios por empresas transnacionais de recursos naturais. Gilbert conclui que, embora uma destruição planejada e voluntária tenha ocorrido, argumenta-se pelo Estado que não houve a intenção de destruir os Aché, uma vez que o ocorrido foi devido ao desenvolvimento e não uma ação deliberada.

Tibete

Em 5 de junho de 1959 Shri Purshottam Trikamdas, advogado sênior, Supremo Tribunal da Índia, apresentou um relatório sobre o Tibete à Comissão Internacional de Juristas (uma ONG):

“ A partir dos fatos expostos acima as seguintes conclusões podem ser tiradas: ... (e) Para examinar todas essas provas obtidas por esta Comissão e de outras fontes e para adotar as medidas adequadas e,

”

em especial, para determinar se o crime de Genocídio - para o qual já existe uma forte presunção - está estabelecido e, nesse caso, para dar início a essa ação, como previsto pela Convenção de Genocídio de 1948 e pela Carta das Nações Unidas para a supressão destes atos e reparação adequada;

David White afirma: "Ao todo, mais de um milhão de tibetanos, um quinto da população, havia morrido como resultado da ocupação chinesa até o fim da Revolução Cultural".

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Genoc%C3%ADdio_dos_povos_ind%C3%ADgenas)